

GESTÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIGRANRIO

Mary Neuza Dias Galdino

Ila Cecilia Falcão Kemp

Cristina de Mattos Manier

Marcia Galdino de Araújo Serour

Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” – UNIGRANRIO

Resumo: Este artigo relata a experiência de uma universidade com sede na região da baixada fluminense com a gestão de processos de avaliação da instituição e de seus cursos. Para gerenciar este processo a Universidade criou uma unidade de gestão, subordinada à Pró-reitora de Administração Acadêmica, denominada Assessoria de Desenvolvimento Acadêmico (ADESA), que conta com equipe de especialistas com formação e experiência em Avaliação Institucional. Para a gestão dos processos avaliativos a ADESA realiza análises técnicas e ações sistemáticas que buscam potencializar os aspectos positivos do objeto a ser avaliado e minimizar os possíveis resultados insuficientes em processos de avaliação externa, promovendo a integração e participação dos sujeitos envolvidos na formulação de estratégias para alcançar melhoria de qualidade.

Palavras-chave: Ensino Superior; Avaliação Institucional; Regulação do Ensino Superior; Gestão Participativa.

GESTÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIGRANRIO

1 INTRODUÇÃO

É notória a preocupação dos dirigentes do país com o tema educação. No que diz respeito ao ensino superior, percebe-se um cuidado especial na adoção de políticas que favoreçam a manutenção e a criação de instituições com condições de oferta e qualidade de ensino para este nível. Nesse panorama o tema *Avaliação Institucional* ganha projeção junto às Instituições de Ensino Superior (IES). No entanto, a avaliação institucional não é uma novidade no cenário educacional, mas só ganhou força na década de 90, quando foi instituído o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), que surgiu com a necessidade de imprimir uma avaliação de caráter permanente e que somasse o resultado de outras avaliações. Hoje, a avaliação adquiriu novos contornos e está sendo implementada através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

O SINAES prevê a avaliação institucional em dois níveis:

A avaliação interna ou autoavaliação, realizada por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Avaliação Externa, que envolve processos de avaliação para credenciamento e reconhecimento institucional, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distancia.

A Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” (UNIGRANRIO) preocupada com o processo avaliativo nos dois níveis, já realizava a autoavaliação, mesmo antes da homologação da Lei do SINAES. O processo de transformação em Universidade, iniciado em 1992 e aprovado em 1994, contemplou a avaliação institucional como garantia das funções de ensino, pesquisa e extensão. No ano de 1996, a UNIGRANRIO aderiu ao PAIUB e instituiu uma Comissão de Avaliação composta pelos Diretores de Escola e de Institutos e pelos Pró-Reitores. Em 1998, com o objetivo de institucionalizar e sistematizar o processo autoavaliativo, instituiu o Núcleo de Avaliação Institucional responsável por “instruir, no âmbito da Instituição, um sistema de avaliação geral permanente, como estratégia para a melhoria da qualidade” (UNIGRANRIO, 2010). Em 2004, com o advento do SINAES foi criada a CPA, que

desde então vem a realizando o processo de autoavaliação que tem como objetivo contribuir para a melhoria continua da Universidade e a efetividade de seu processo educacional por meio do rigor metodológico e da participação dos vários segmentos do corpo social e da comunidade.

O processo de avaliação externa, também, ganhou atenção especial da Universidade, a partir da conscientização de que era necessária a adoção da prática diagnóstica permanente dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação com o objetivo de mantê-los coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) emanadas pelo Ministério da Educação (MEC), e de atingir padrões melhores de qualidade. Além disso, a UNIGRANRIO percebeu que o processo de avaliação externa envolvia procedimentos que requeriam ações técnicas sistematizadas e criou uma assessoria específica que ficaria responsável pelo processo de regulação e avaliação da Instituição, a Assessoria de Desenvolvimento Acadêmico (ADESA).

2 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO EXTERNA CONTEMPORÂNEO NO ENSINO SUPERIOR

A utilização de Currículos Mínimos na composição dos desenhos curriculares dos cursos de graduação, que se revelavam ineficazes e inibiam a inovação e a diversificação na formação, deu espaço à adoção de referenciais expressos em Diretrizes Curriculares Nacionais. Essas Diretrizes foram criadas pelo MEC em 1997, a partir da orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que defendia a flexibilização dos desenhos curriculares para garantir uma formação de acordo com as tendências contemporâneas da carreira profissional e qualidade na etapa inicial de uma formação continuada. Parta tanto, foram criadas Comissões de Especialistas de diversas áreas do conhecimento a fim de contemplar um estudo sobre referenciais mínimos de qualidade para a oferta de cursos de graduação. Nessa ocasião, complementando esses referenciais, foram criados Manuais para Avaliação das Condições de Oferta (ACO), substituídos pelos Manuais de Avaliação das Condições de Ensino (ACE) que serviam de indicadores para os processos de avaliação externa dos cursos de graduação.

Em 2004, foi instituída a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004) com o objetivo dar mais clareza e sistematizar o processo de avaliação institucional. Nesse sentido, o processo de avaliação externa passou a considerar, além das DCNs, os Instrumentos de Avaliação Externa para cada finalidade. Esses Instrumentos vêm

sofrendo adequações com o objetivo de otimizar e dar mais qualidade aos procedimentos de avaliação institucional externa.

3 A ADESA: UNIDADE DE GESTÃO DO PROCESSO DE REGULAÇÃO E DE AVALIAÇÃO DA UNIGRANRIO

A Assessoria de Desenvolvimento Acadêmico (ADESA) foi criada no ano de 2002 com o objetivo de proceder às etapas de preparação e realização inerentes à avaliação interna e externa da UNIGRANRIO. No atual organograma da Instituição se encontra subordinada à Pró-reitoria de Administração Acadêmica. Compõe a ADESA equipe de especialistas com formação e experiência em Avaliação Institucional, seguindo o conceito de que “uma equipe de especialistas que se complementam mutuamente tem muito mais probabilidade de fazer uma boa avaliação” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.180).

No caso da avaliação interna, a ADESA colabora com o fornecimento dos insumos necessários ao processo de organização e definição das prioridades do processo de autoavaliação, no âmbito da Instituição, através da indicação das previsões de avaliações externas, bem como dos resultados das avaliações já realizadas que revelam o nível de suficiência apontado em cada indicador das Dimensões Avaliativas do instrumento de avaliação utilizado na verificação *in loco* pelas Comissões Externas do MEC.

Na avaliação externa, a ADESA exerce papel essencial no suporte técnico aos processos que envolvem a regulação e avaliação da Universidade e de seus cursos de graduação.

3.1 REGULAÇÃO

A ADESA está sempre atenta à legislação vigente e assuntos que envolvem o ensino superior, especialmente os referentes aos processos de regulação e avaliação, e realiza estudos e apreciações técnicas sobre os mesmos com o objetivo de manter-se atualizada, dar suporte e informações aos setores interessados, no âmbito da Universidade.

A legislação e temas referentes ao ensino superior são analisados e discutidos de forma criteriosa pela equipe especialista da ADESA e recebe tratamento técnico antes de ser compartilhado com os setores interessados. Alguns temas merecem pareceres

técnicos em forma de legislação comentada para auxiliar na interpretação e compreensão dos mesmos. Essa ação contribui para evitar subjetividades de olhares, comuns em temas não colocados de forma clara, e ajuda na definição de estratégias a partir da visão de equipe de especialistas.

A partir dessas análises muitas ações são pensadas para adequações nas diretrizes dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, incluindo estudo de viabilidade técnica de um curso a ser implementado, ajustes nos componentes de desenhos curriculares, adequação ou projeção de infraestrutura de pessoal e de instalações físicas, etc.

Além disso, a ADESA se mantém atenta aos prazos estabelecidos pela Portaria Normativa nº 40/2007 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010), com redação consolidada pela publicação no Diário Oficial da União de 29/12/2010, para o cadastro e protocolo de informações referentes aos processos regulatórios da Instituição e de seus cursos de graduação, pelos quais é a responsável enquanto assessoria do Pesquisador Institucional¹.

3.2 AVALIAÇÃO

O processo de avaliação externa requer reflexão e definição de estratégias para sua realização. Este processo deve prever a flexibilidade necessária a cada realidade apresentada, considerando as especificidades e necessidades da instituição, de cada curso e modalidade de ensino a ser avaliada. A ADESA, no processo de avaliação institucional, exerce função articuladora, a partir de visão crítica do conjunto de dimensões que integram uma instituição educativa.

O processo de avaliação institucional e de cursos, no ensino superior, requer a organização de etapas e envolvimento dos sujeitos participantes do processo, de forma sistematizada e comprometida. A ADESA prevê e participa ativamente dessas etapas e convoca os sujeitos envolvidos no processo a serem proativos nas suas ações colaborativas, cada qual no setor que lhe compete.

O processo de avaliação da instituição e de seus cursos começa mesmo antes da sua criação/existência. É necessário um estudo de viabilidade para a criação de uma instituição e de cursos a serem ofertados por ela. No entanto, não existe a garantia de

¹ O Pesquisador Institucional é o interlocutor entre o MEC e a IES, responsável pelas informações inseridas e pelo acompanhamento dos processos no sistema e-MEC.

sucesso nesse processo. Este artigo versa sobre a experiência de gestão do processo de avaliação institucional, que envolve a avaliação da instituição e de seus cursos de graduação, realizado por um Setor com competência para essa finalidade. Dessa forma, nesse relato são apresentados elementos que interferem de forma decisiva num processo avaliativo, buscando minimizar possíveis resultados não satisfatórios.

Segundo Dias Sobrinho e Ristoff:

Certeza não há nos processos de avaliação nem em seus produtos, como aliás não pode haver nem na própria ciência. Nisso consiste não sua fragilidade, mas suas possibilidades alargadas. O campo teórico geral apresenta um verdadeiro emaranhado de enfoque e modelos. As práticas costumam exigir da avaliação as certezas e garantias que ela não pode nem lhe compete oferecer. Há também uma tensa conflitividade que define a avaliação como um campo em disputa, especialmente nestes últimos anos, em que o “estado avaliador” evolui para “estado fiscalizador” explicitamente interessado no ajustamento da educação às transformações da economia e aos interesses do mercado (DIAS SOBRINHO; RISTOFF, 2000, p.8).

Nessa perspectiva, a ADESA adota um planejamento que contempla a categorização e execução das diversas etapas que envolvem procedimentos de diagnóstico e ponderação sobre as potencialidades e fragilidades da Instituição e dos cursos em suas dimensões gerais, considerando a necessidade de apontar soluções proativas para saneamento dos pontos desfavoráveis que merecem maior atenção por parte dos dirigentes e da coordenação do curso, bem como incentivar o realce dos pontos favoráveis que podem fazer a diferença no resultado de uma verificação *in loco* pelo MEC. Essa ação exige disciplina e perseverança na perseguição e cobrança das soluções apontadas para as melhorias, com vistas a sanar ou minimizar os resultados insuficientes nos diversos indicadores avaliativos observados pelas Comissões Avaliadoras externas, do MEC.

As etapas de planejamento que envolve procedimentos relativos à gestão da regulação e avaliação da Universidade e de seus cursos são cíclicas e de caráter permanente (Quadro 1) e estabelecem o Ciclo Avaliativo² do MEC como principal referencial em seu plano de ação.

² De acordo com a Portaria Normativa nº 40/2007, artigo 33, o ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, as quais subsidiam, respectivamente, os atos de reconhecimentos e de renovação de reconhecimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Quadro 1 – Etapas do planejamento da gestão das atividades da ADESA considerando os processos avaliativos da Universidade e de seus cursos de graduação

ETAPAS	AÇÕES
Preliminar	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo da legislação vigente e temas inerentes o ensino superior. • Estabelecimento de cronograma para início dos procedimentos relativos ao processo avaliativo da Instituição e de seus cursos de graduação. • Ciência do Cronograma aos interessados (envolvidos no processo avaliativo). • Solicitação de encaminhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos a serem protocolados no Sistema e-MEC conforme Ciclo Avaliativo ou outra situação de regulação (cadastro, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento).
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Análise técnica dos Projetos Pedagógicos dos Cursos • Confronto da análise técnica com a realidade apresentada no âmbito institucional, considerando as dimensões avaliativas a serem analisadas pela Comissão Avaliadora do MEC. • Divulgação da análise técnica do PPC e definição de estratégias junto aos interessados para sanar as situações que necessitam de ajustes. • No Sistema e-MEC, do MEC, são gerenciados os seguintes procedimentos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cadastramentos de novos cursos de graduação ✓ Protocolo e acompanhamento de processos (credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento). ✓ Formulário Eletrônico para a Avaliação <i>in loco</i>. ✓ Confirmação dos insumos para o Índice Geral de Conceitos (IGC) ✓ Acompanhamento da situação financeira dos processos protocolados com custos. • Articulação com os sujeitos envolvidos para estabelecer as responsabilidades na organização para a visita da Comissão Avaliadora. • Logística para recepção das Comissões de Avaliação do MEC. • Recepção da Comissão Avaliadora. • Recebimento e divulgação dos resultados da Avaliação externa aos interessados, CPA e comunidade acadêmica.
Conclusiva	<ul style="list-style-type: none"> • Análise técnica dos resultados e divulgação das fragilidades e potencialidades percebidas no Relatório de Avaliação do MEC. • Encaminhamento de estudos analíticos e estatísticas descritivas de temas referentes ao ensino superior tratados no âmbito da ADESA.

Fonte: As autoras, 2012.

No ano de 2012, a ADESA gerenciou os processos de avaliação externa referentes ao credenciamento institucional para a oferta de EaD, autorização de curso na modalidade de EaD, reconhecimento de cursos de graduação. A UNIGRANRIO obteve resultados satisfatórios na totalidade dos processos (Quadro 2).

Quadro 2 – Conceitos finais das Avaliações *In Loco*, do MEC.

ATO	POLO DE APOIO PRESENCIAL / CURSO	CAMPUS/UNIDADE	CONCEITO FINAL
Credenciamento Institucional para EaD	-	UNIGRANRIO	4
Credenciamento para EaD	Polo de apoio presencial	Sede	5
		Barra	4
		Carioca	5
		Lapa	3
		Macaé	4
		Magé	5
		Nova Iguaçu	4
		Santa Cruz da Serra	5
		São João de Meriti	5
Silva Jardim	5		
Autorização para EaD	Administração	Duque de Caxias	4
Reconhecimento de Curso (Presencial)	Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico	Duque de Caxias	4
	Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda	Duque de Caxias	4
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Nova Iguaçu	4
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Lapa	4
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Magé	4
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Macaé	3
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira	Duque de Caxias	4
	Curso Superior de Tecnologia em Logística	Nova Iguaçu	4
	Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores	Duque de Caxias	4
	Direito	Lapa	3
	Medicina	Barra	4
	Odontologia	Barra	4

Fonte: Sistema e-MEC, 2012.

Os resultados satisfatórios são fruto do envolvimento e comprometimento dos segmentos institucionais e do investimento em soluções advindas das estratégias apresentadas em articulação com a ADESA.

Além disso, a ADESA organiza a logística necessária para a recepção das Comissões Externas do MEC, para que se sintam confortáveis e encontrem condições favoráveis para a otimização dos seus trabalhos. Para tanto, além da logística de transporte, hospedagem, alimentação, a ADESA se preocupa, de posse do Cronograma de Trabalho enviado antecipadamente pelo Coordenador da Comissão de Avaliação *In Loco*, em colocar à disposição toda a documentação institucional comprobatória para consulta, bem como disponibilizar toda a infraestrutura para visita e verificação. Da mesma forma, convoca previamente os envolvidos no processo avaliativo para participarem de entrevistas com os avaliadores, seguindo o Cronograma de Trabalho sugerido.

Após a publicação do resultado da Avaliação no Sistema e-MEC, a ADESA realiza análise crítica dos resultados de cada Dimensão Avaliativa, de acordo com o Instrumento utilizado para avaliação, compartilha e discute esse resultado com os interessados. Havendo consenso sobre a aplicação de conceito inadequado a algum indicador e o comprometimento do resultado, a ADESA é responsável pela solicitação de impugnação do Relatório junto ao MEC.

O processo de avaliação é complexo e, nesse sentido, carece da (des)construção de (pre)conceitos para que seja possível um olhar ampliado sobre as questões que envolvem esse processo. A equipe de especialistas deve ter o rigor técnico na condução dos procedimentos de avaliação, mas com sensibilidade para atender as particularidades de cada curso e respeitar a trajetória e história da instituição avaliada.

3.3 DRIVE R

A atenção à legislação em vigor e o conhecimento dos insumos institucionais que levam a um contato mais direto das Unidades de Gestão Acadêmica – Escolas por área de conhecimento que congregam os cursos de graduação, e respectivas Coordenações de Curso, com a realidade institucional é possível na UNIGRANRIO. Com o objetivo de dar acesso à gestão dos cursos de graduação e pós-graduação aos dados do cadastro institucional, aos resultados das avaliações, aos atos regulatórios da Universidade, à legislação que envolve a regulação do ensino superior, aos documentos institucionais consultados no processo de avaliação externa, aos pareceres da ADESA,

aos instrumentos utilizados no processo avaliativo e outros de interesse da Instituição, a ADESA criou o *Drive R* em parceria com a Divisão de Tecnologia e Informação (DTI) da Universidade. O *Drive R* está disponível em rede na UNIGRANRIO e pode ser consultado pelos principais interessados – gestores institucionais e de cursos. O *Drive R* é atualizado periodicamente pela ADESA que é a única responsável pela alimentação e manutenção dos dados.

3.4 GESTÃO PARTICIPATIVA

O envolvimento e o comprometimento dos interessados com os procedimentos que antecipam uma Avaliação Externa, do MEC, dependem da sensibilização e motivação para participação no planejamento das ações que culminarão no resultado dessa avaliação. Nessa perspectiva, a ADESA age como interlocutora dos principais agentes da avaliação promovendo situações integradoras que evidenciam um processo participativo.

Para que o trabalho interno da ADESA flua é fundamental que se realize num modelo de gestão participativa que pressupõe o trabalho colaborativo de sua equipe e resulta no fortalecimento e crescimento do grupo, bem como aumenta as possibilidades de planejar de forma organizada as suas práticas de modo a interferir na rotina e propor novos desafios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UNIGRANRIO é uma universidade que tem sede localizada na baixada fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Possui 7 *campi* e 4 unidades. Atualmente conta com 27 mil alunos, matriculados nos 47 cursos de graduação e 724 docentes cadastrados na base de dados do Censo 2011. Desses 724 docentes, 74% possuem mestrado e doutorado e 90% estão contratados em regime de trabalho parcial ou integral. Possui 5 cursos em nível *stricto sensu*, 1 doutorado e 4 mestrados, além de cursos *lato sensu* nas diversas áreas do conhecimento. Desenvolve pesquisas e iniciação científica e tem uma forte presença comunitária. Sua missão de promover a qualidade de vida, por meio do processo educacional, a leva para além da sala de aula, numa visão empreendedora. A UNIGRANRIO sempre ocupou posição de destaque, entre as instituições particulares, no cenário da educação superior no Estado do Rio de Janeiro. Essa trajetória vem sendo acompanhada pela ADESA que tem parcela considerável de

contribuição nos resultados de sucesso alcançados pela Instituição. Esses resultados denotam a qualidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe de especialistas dessa Assessoria junto aos principais atores da Avaliação Institucional. O trabalho desenvolvido permite um envolvimento participativo desses atores e dos segmentos institucionais em prol da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela Universidade aos seus alunos e à comunidade, especialmente, a formação profissional e continuada pelos seus cursos de graduação. A ADESA ocupa posição privilegiada, mas delicada, ao considerar o compromisso, desde a sua criação, de vencer os desafios de cada avaliação e de procurar englobá-la numa dimensão prática que seja passível de compreensão e de entendimento das necessidades básicas para se obter um resultado favorável. Apesar da autonomia conquistada na condução dos processos de avaliação que resultam na regulação da Instituição e dos seus cursos, a ADESA encontra, também, limitações, ao considerar que todo processo avaliativo é composto de várias visões e deve-se respeitar e ponderar as diversidades que podem se mostrar presentes em determinados contextos.

A ADESA foi instituída pela UNIGRANRIO com a finalidade de contextualizar possibilidades e conflitos nos processos de avaliação institucional, e propor ações preventivas ou corretivas para o alcance do resultado positivo junto ao MEC.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 Abr. 2004.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo (orgs). *Universidade desconstruída: Avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação e da outras disposições. *Republicada no Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 Dez. 2007.

UNIGRANRIO. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014*. Rio de Janeiro, 2010.

WORTHEN, Blane R.; SANDERS, James. R.; FITZPATRICK, Jody. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.